



Edição nº 584 - 30/04/2019

(Período 16 a 30 de abril de 2019)

1. PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Resolução nº 633/2019 - Presidência - torna público o Regulamento Geral do Plano de Assistência à Saúde e Benefícios Sociais do Supremo Tribunal Federal, aprovado pelo Conselho Deliberativo do STF - Med.

Resolução nº 634/2019 - Presidência - torna públicas as tabelas de cargos em comissão e de funções comissionadas do Quadro de Pessoal do Supremo Tribunal Federal.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Instrução Normativa nº 10/2019 – Presidência - institui o programa de reconhecimento por resultados dos servidores do Superior Tribunal de Justiça – Valoriza STJ - **em anexo**.

Súmula 630 - *"A incidência da atenuante da confissão espontânea no crime de tráfico ilícito de entorpecentes exige o reconhecimento da traficância pelo acusado, não bastando a mera admissão da posse ou propriedade para uso próprio".*

Súmula 631 - *"O indulto extingue os efeitos primários da condenação (pretensão executória), mas não atinge os efeitos secundários, penais ou extrapenais".*

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Portaria nº 298/2019 - Presidência - dispõe sobre os atos preparatórios e a organização dos trabalhos referentes ao empréstimo de urnas para as Eleições dos membros dos Conselhos Tutelares em 06/10/2019, nos municípios do Estado do Paraná.

Portaria nº 73/2019 - TRE/SC - institui o Comitê Permanente da Internet destinado à prevenção e ao combate à disseminação de notícias falsas (*fake news*), no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (TRE/SC).

Resolução nº 829/2019 - TRE/PR - aprova o Regulamento da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

Resolução nº 830/2019 - TRE/PR - dispõe sobre a designação de oficial de justiça e o reembolso de despesas advindas do cumprimento de mandados e diligências no âmbito da Justiça Eleitoral do Paraná.

Resolução nº 327/2019 - TRE/RS - adota o Sistema Eletrônico de Informações – SEI, para a tramitação de documentos e processos de natureza administrativa, no âmbito da Justiça Eleitoral do Rio Grande do Sul.

Provimento nº 6/2019 - Corregedoria-Geral - torna pública relação de localidades a serem submetidas a revisão de eleitorado com coleta de dados biométricos, pertinente ao Programa de Identificação Biométrica 2019-2020.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Portaria nº 59/2019 – Presidência - regulamenta o funcionamento e estabelece procedimentos sobre a Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário - **em anexo.**

Portaria nº 60/2019 – Presidência - designa os integrantes da Comissão Avaliadora para seleção de propostas do **Edital de Convocação Pública e de Seleção nº 1/2019 da 4ª Edição da Série Justiça Pesquisa** - **em anexo.**

Portaria nº 63/2019 – Presidência - institui Grupo de Trabalho destinado à elaboração de estudos e propostas voltadas à política de acesso às bases de dados processuais dos tribunais e dá outras providências - **em anexo.**

Edital - O Coordenador do Centro de Inteligência Artificial Aplicada ao PJe, no uso de suas atribuições legais, dando cumprimento ao disposto na **Portaria nº 25/2019**, torna pública a revogação do Edital nº 1 e o lançamento do Edital nº 2 de abertura do processo de inscrição de projetos de pesquisa para o Centro de Inteligência Artificial aplicada ao sistema Processo Judicial Eletrônico – PJe, conforme as normas estabelecidas neste Edital - **em anexo.**

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

Portaria nº 191/2019 - Corregedoria-Geral - dispõe sobre a realização de inspeção no Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Ata da Sessão de Julgamento – da sessão ordinária do CJF realizada em 25 de março de 2019.

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

Portaria nº 365/2019 – Presidência - revoga a **Instrução Normativa IN-42-A-07 – Padronização de Folhas**, publicada em 21/11/2003 - **em anexo.**

Portaria nº 391/2019 – Presidência - revoga a **Instrução Normativa IN-42-J-01 – Redistribuição de Processos**, publicada em março de 1997 - **em anexo.**

Resolução nº 28/2019 – Presidência – dispõe sobre o julgamento de processos judiciais, em ambiente eletrônico, por meio de sessões virtuais, no âmbito do Tribunal Regional Federal da 4ª Região - **em anexo.**

Resolução nº 29/2019 – Presidência – dispõe sobre alteração de especialidade de cargo do Quadro de Pessoal da Subseção Judiciária de Curitiba, SJPR (*altera a especialidade do cargo Analista Judiciário, Área Judiciária, Oficial de Justiça Avaliador Federal, do Quadro de Pessoal da Subseção Judiciária de Curitiba, SJPR, para Analista Judiciário, Área Judiciária, sem especialidade*) - **em anexo.**

Resolução nº 30/2019 – Presidência – dispõe sobre alteração de especialidade de cargo do Quadro de Pessoal da Subseção Judiciária de Curitiba, SJPR (*altera a especialidade do cargo Analista Judiciário, Área Judiciária, Oficial de Justiça Avaliador Federal, do Quadro de Pessoal da Subseção Judiciária de Curitiba, SJPR, para Analista Judiciário, Área Judiciária, sem especialidade*) - **em anexo.**

Resolução nº 31/2019 – Presidência – dispõe sobre alteração de especialidade de cargo do Quadro de Pessoal da Subseção Judiciária de Curitiba, SJPR (*altera a especialidade do cargo Analista Judiciário, Área Judiciária, Oficial de Justiça Avaliador Federal, do Quadro de Pessoal da Subseção Judiciária de Curitiba, SJPR, para Analista Judiciário, Área Judiciária, sem especialidade*) - **em anexo.**

Resolução nº 32/2019 – Presidência – dispõe sobre alteração de especialidade de cargo do Quadro de Pessoal da Subseção Judiciária de Curitiba, SJPR (*altera a especialidade do cargo Técnico Judiciário, Área Administrativa, do Quadro de Pessoal da Subseção Judiciária de Curitiba, SJPR, para Técnico Judiciário, Área Apoio Especializado, Tecnologia da Informação*) - **em anexo.**

Resolução nº 33/2019 – Presidência – dispõe sobre alteração de área e especialidade de cargo do Quadro de Pessoal do TRF4 - **em anexo.**

Resolução nº 34/2019 – Presidência – dispõe sobre alteração de área e especialidade de cargo do Quadro de Pessoal do TRF4 - **em anexo.**

Resolução nº 35/2019 – Presidência – dispõe sobre alteração de área e especialidade de cargo do Quadro de Pessoal do TRF4 - **em anexo.**

Resolução nº 36/2019 – Presidência – dispõe sobre alteração de área e especialidade de cargo do Quadro de Pessoal do TRF4 - **em anexo.**

Resolução nº 37/2019 – Presidência – dispõe sobre alteração de área e especialidade de cargo do Quadro de Pessoal do TRF4 - **em anexo.**

Resolução nº 38/2019 – Presidência – dispõe sobre alteração de área e especialidade de cargo do Quadro de Pessoal do TRF4 - **em anexo.**

Resolução nº 39/2019 – Presidência – altera os incisos I e III da [Resolução nº 144/2013](#), que institui microrregiões para a Justiça Federal de 1º Grau da 4ª Região - **em anexo.**

Resolução nº 42/2019 – Presidência – dispõe sobre a especialização, regionalização de competências e equalização de cargas de trabalho das Unidades Judiciárias de 1º Grau da Justiça Federal da 4ª Região - **em anexo.**

Resolução nº 43/2019 – Presidência – dispõe sobre a especialização e regionalização de competências na Seção Judiciária do Paraná, e estabelece outras providências - **em anexo.**

Edital – O Presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região comunica aos **Juizes Federais Substitutos** da Justiça Federal de Primeiro Grau da 4ª Região que se encontram vagos **02 (dois) cargos de Juiz Federal** nas unidades jurisdicionais a seguir descritas, destinados à **PROMOÇÃO** pelos critérios de merecimento e antiguidade, alternadamente, iniciando-se a escolha pelo critério de merecimento: Seção Judiciária do Estado do Paraná - 1ª Vara Federal de Pitanga/PR e 3ª Vara Federal de Umuarama/PR - **em anexo.**

JUSTIÇA FEDERAL – SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ

Portaria nº 394/2019 – Ceman/Subseção Judiciária de Guarapuava - institui o Regulamento da Central de Mandados da Subseção Judiciária de Guarapuava e dá outras providências - **em anexo.**

Portaria nº 521/2019 – Juízo da 19ª Vara Federal de Curitiba – regulamenta, no âmbito da 19ª Vara Federal de Curitiba (PR) a aplicação do §5º do artigo 23 da [Resolução TRF4 nº 17/2010](#) (*citações ou intimações a serem encaminhadas pelo Correio quando a parte interessada não for isenta de custas ou beneficiária de gratuidade de justiça*) - **em anexo.**

2. PODER LEGISLATIVO DA UNIÃO

Lei Complementar nº 167/2019 - dispõe sobre a Empresa Simples de Crédito (ESC) e altera a **Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Lei de Lavagem de Dinheiro)**, a **Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995**, e a **Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (Lei do Simples Nacional)**, para regulamentar a ESC e instituir o Inova Simples.

Lei nº 13.814/2019 - dispõe sobre a extinção da empresa binacional Alcântara Cyclone Space.

Lei nº 13.815/2019 - inscreve o nome de **Ulysses Silveira Guimarães** no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

Lei nº 13.816/2019 - inscreve os nomes de **Dandara dos Palmares** (*esposa e mãe dos três filhos de Zumbi dos Palmares*) e de **Luiza Mahin** (*figura histórica que lutou contra a escravidão no Brasil; mãe do poeta abolicionista Luiz Gama*) no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

Lei nº 13.817/2019 - outorga o título de Patrono da Tecnologia da Informação da Aeronáutica ao **Major-Brigadeiro Engenheiro Tércio Pacitti**.

Lei nº 13.818/2019 - altera a **Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades Anônimas)**, para dispor sobre as publicações obrigatórias e ampliar para R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) o valor máximo admitido de patrimônio líquido para que a sociedade anônima de capital fechado faça jus ao regime simplificado de publicidade de atos societários.

Lei nº 13.819/2019 - institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, a ser implementada pela União, em cooperação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios; e altera a **Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998**.

Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 21/2019 - faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 873, de 1º de março de 2019**, publicada em Edição Extra no Diário Oficial da União no mesmo dia, mês e ano, que "Altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a contribuição sindical, e revoga dispositivo da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Ato Declaratório do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 22/2019 - faz saber que a **Medida Provisória nº 855, de 13 de novembro de 2018**, que "Dispõe sobre o reconhecimento de direito a recursos associados às concessões de distribuição incluídas pelo art. 8º da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, altera a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e dá outras providências", teve seu prazo de vigência encerrado no dia 23 de abril do corrente ano.

Ato Declaratório do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 23/2019 – faz saber que a **Medida Provisória nº 856, de 13 de novembro de 2018**, que "Delega à Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel a responsabilidade pela contratação de prestador emergencial e temporário do serviço público de distribuição de energia elétrica", teve seu prazo de vigência encerrado no dia 23 de abril do corrente ano.

Resolução nº 4/2019 - Senado Federal - altera a **Resolução do Senado Federal nº 42, de 2016**, para estabelecer que a Instituição Fiscal Independente apresentará, até o encerramento de cada semestre, em reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, a evolução do quadro fiscal brasileiro.

3. PODER EXECUTIVO FEDERAL

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Decreto nº 9.766/2019 - promulga o Acordo entre a República Federativa do Brasil e a União Europeia sobre Certos Aspectos dos Serviços Aéreos, firmado em Brasília, em 14 de julho de 2010.

Decreto nº 9.767/2019 - promulga o Acordo de Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Austrália, firmado em Brasília, em 21 de abril de 2010.

Decreto nº 9.768/2019 – reconhece como de interesse do Governo brasileiro a participação estrangeira no capital social do Banco Inter S.A. e, indiretamente, no capital social de sua controlada Inter Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Decreto nº 9.769/2019 - estabelece a competência para autorizar o exercício da atividade de escrituração de duplicatas escriturais.

Decreto nº 9.770/2019 – altera o **Decreto nº 8.863, de 28 de setembro de 2016**, que dispõe sobre a criação, a estrutura e as atribuições do Ombudsman de Investimentos Diretos.

Decreto nº 9.771/2019 – altera o **Decreto nº 3.125, de 29 de julho de 1999**, para permitir a subdelegação de competência ao Secretário de Coordenação e Governança do Patrimônio da União da Secretaria Especial de Desestatização e Desinvestimento do Ministério da Economia.

Decreto nº 9.772/2019 – encerra a hora de verão no território nacional.

Resolução nº 5/2019 - Gabinete de Segurança Institucional - dispõe sobre a prorrogação de prazo para a conclusão dos trabalhos do Grupo Técnico do Comitê de Desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro.

Resolução nº 6/2019 - Conselho Nacional de Política Energética - aprova os parâmetros técnicos e econômicos dos Volumes Excedentes ao Contrato da Cessão Onerosa para realização da Rodada de Licitações sob o regime de Partilha de Produção.

Instrução Normativa nº 4/2019 - Casa Civil/Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - altera o item 2.2.6 do **DOC-ICP-05.02**, que trata da solicitação de certificado para servidores públicos federais da ativa e militares da União *(determina que os servidores públicos federais da ativa e militares da União deverão ter sido biometricamente identificados e individualizados pela base biométrica oficial do TSE ou pelos PSBios credenciados da ICP-Brasil ou base oficial equivalente, com comprovação auditável do cadastro desses requerentes por parte da AC. Essa comprovação poderá ser pelo CPF ou outro indexador viável entre os sistemas)*.

Despacho nº 378/2019 - Advocacia-Geral da União/Controladoria-Geral da União - Interessados: Ministério da Economia e outros. Assunto: Sigilo Bancário e o princípio constitucional da publicidade.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Instrução Normativa nº 6/2019 - Gabinete da Ministra - estabelece boas práticas para a realização de torneios leiteiros para fins de uso racional da fauna.

Instrução Normativa nº 5/2019 - Secretaria de Defesa Agropecuária - aprova o plano de amostragem e os limites de referência para o Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Animal - PNCRC de 2019 para as cadeias de carnes bovina, suína, caprina, ovina, equina, de coelho, de aves e de avestruz, de leite, pescado, mel e ovos.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA

Portaria nº 741/2019 - Gabinete do Ministro – suspende, temporariamente, a autorização de cessões dos servidores públicos efetivos e empregados públicos integrantes do quadro de pessoal do Ministério da Cidadania.

Instrução Normativa nº 2/2019 - Gabinete do Ministro - estabelece procedimentos para apresentação, recebimento, análise, homologação, execução, acompanhamento, prestação de contas e avaliação de resultados de projetos culturais financiados por meio do mecanismo de Incentivo Fiscal do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac).

Resolução nº 12/2019 - Conselho Nacional de Assistência Social - convoca extraordinariamente a 12ª Conferência Nacional Extraordinária de Assistência Social, com a atribuição de avaliar a Política Nacional de Assistência Social e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do Sistema Único de Assistência Social-SUAS, a realizar-se em Brasília/DF, de 03 a 05 de dezembro de 2019.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Resolução nº 240/2019 - Comissão Nacional de Energia Nuclear – dispõe sobre a autorização de exportação de materiais nucleares que tenham sido importados e beneficiados no País com essa finalidade.

Resolução nº 241/2019 - Comissão Nacional de Energia Nuclear – concede prorrogação da Autorização para Operação Permanente (AOP), pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, à Unidade de Concentrado de Urânio (URA), de responsabilidade das Indústrias Nucleares do Brasil S.A (INB), situada no Município de Caetité, BA.

Resolução nº 242/2019 - Comissão Nacional de Energia Nuclear – concede a 1ª Licença de Construção Parcial (LPC1) da Unidade de Armazenamento Complementar a Seco para Combustíveis Irrradiados (UAS) da CNAEA, em Itaorna, Angra dos Reis, RJ.

MINISTÉRIO DA DEFESA

Portaria Normativa nº 24/2019 - Gabinete do Ministro – aprova a Identidade Estratégica do Setor de Defesa.

Portaria Normativa nº 25/2019 - Gabinete do Ministro – aprova a Política Setorial de Defesa 2020-2031 e o Mapa Estratégico do Setor de Defesa.

Portaria Normativa nº 26/2019 - Gabinete do Ministro – aprova a Estratégia Setorial de Defesa 2020-2031.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Portaria nº 179/2019 - Gabinete do Ministro - republicação - dispõe sobre medidas de racionalização do gasto público nas contratações para aquisição de bens e prestação de serviços, e dá outras providências.

Portaria nº 198/2019 - Gabinete do Ministro - autoriza a contratação de operações externas da União, bem assim de garantia e contragarantia em operações de crédito internas e externas, de que trata o art. 97 do **Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986**, desde que cumpridos os devidos requisitos legais que deverão ser atestados pelo Secretário Especial de Fazenda.

Portaria nº 8/2019 - Secretaria de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais - disciplina os procedimentos administrativos de avaliação de interesse público em medidas de defesa comercial.

Portaria nº 25/2019 - Secretaria do Orçamento Federal – dispõe sobre a classificação orçamentária por natureza de receita para aplicação no âmbito da União.

Portaria nº 3.738/2019 - Secretaria de Governança do Patrimônio da União - altera a **Instrução Normativa nº 03, de 31 de julho de 2018**, que fixa os procedimentos para a permuta de imóveis da União.

Portaria nº 102.657/2019 - Banco Central do Brasil - estabelece procedimentos para a análise de consultas sobre a existência de conflito de interesses e de pedidos de autorização para o exercício de atividade privada por servidor do Banco Central do Brasil.

Portaria nº 300/2019 - Superintendência Nacional de Seguros Privados (Previc) - divulga a Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média, para o exercício de 2019, de que trata a **Instrução Previc nº 10, de 30 de novembro de 2018**.

Resolução nº 4.715/2019 - Banco Central do Brasil – define os recursos para os financiamentos ao amparo do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé).

Resolução nº 4.716/2019 - Banco Central do Brasil – estabelece regras para autorização de captação de poupança rural por cooperativas de crédito e disciplina o cumprimento da exigibilidade de aplicação em crédito rural e do encaixe obrigatório advindos dessa captação, de que trata a Seção 4 do Capítulo 6 do Manual de Crédito Rural (MCR).

Resolução nº 1/2019 - Secretaria do Tesouro Nacional/Conselho Diretor do Fundo Gestor do PIS-Pasep - consolida todo o processo orçamentário do PIS-PASEP, que é um fundo privado, ficando claro que não há qualquer vinculação ou similitude com o Orçamento da União, considerando ainda os três tipos de transferências para as contas de recursos retidos no PIS e no PASEP, bem como a possibilidade de devolução de recursos dessas contas para aplicação na CAIXA, no Banco do Brasil - BB e no BNDES.

Resolução nº 678/2019 - INSS - aprova a implantação nacional do Sistema de Verificação de Conformidade da Folha de Pagamento de Benefícios - SVCBEN e do Painel de Qualidade de Dados do Pagamento de Benefícios - QDBEN.

Resolução nº 922/2019 - Conselho Curador do FGTS - suspende a aplicação do inciso VI do art. 30 da **Resolução nº 702, de 30 de outubro de 2012**, incluído pela **Resolução nº 904, de 13 de novembro de 2018** (*estabelecem diretrizes para elaboração das propostas orçamentárias e aplicação dos recursos do FGTS*).

Instrução Normativa nº 1.884/2019 - Secretaria da Receita Federal – altera a **Instrução Normativa RFB nº 1.787, de 7 de fevereiro de 2018**, que dispõe sobre a Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários e de Outras entidades e Fundos (DCTFWeb).

Instrução Normativa nº 1.885/2019 - Secretaria da Receita Federal – altera a **Instrução Normativa RFB nº 1.800, de 21 de março de 2018**, que dispõe sobre a prestação de serviço de perícia para identificação e quantificação de mercadoria importada e a exportar e regula o processo de credenciamento de órgãos, entidades e peritos, e a **Instrução Normativa RFB nº 1.851, de 29 de novembro de 2018**.

Instrução Normativa nº 1.886/2019 - Secretaria da Receita Federal - revoga dispositivos da **Instrução Normativa RFB nº 1.208, de 4 de novembro de 2011**, que estabelece termos e condições para instalação e funcionamento de portos secos.

Instrução Normativa nº 60/2019 - Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital – dispõe sobre a autenticação de documentos por advogados ou contadores, consoante o § 3º do art. 63 da **Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994**, incluído pela **Medida Provisória nº 876, de 13 de março de 2019**, bem como altera os Manuais de Registro, aprovados pela **Instrução Normativa DREI nº 38, de 2 de março de 2017**.

Circular nº 3.938/2019 - Banco Central do Brasil - altera a **Circular nº 3.876, de 31 de janeiro de 2018**, que dispõe sobre metodologias e procedimentos para a avaliação da suficiência do valor de Patrimônio de Referência (PR) mantido para a cobertura do risco de variação das taxas de juros em instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB), a identificação, mensuração e controle do IRRBB, e altera a **Circular nº 3.930, de 14 de fevereiro de 2019**, nos dispositivos relacionados à divulgação pública e remessa ao Banco Central do Brasil de informações relativas ao IRRBB para as instituições enquadradas no Segmento 3 (S3).

Circular nº 3.939/2019 - Banco Central do Brasil - altera a **Circular nº 3.689, de 16 de dezembro de 2013**, que regulamenta, no âmbito do Banco Central do Brasil, as disposições sobre o capital estrangeiro no País e sobre o capital brasileiro no exterior.

Circular nº 3.940/2019 - Banco Central do Brasil - dispõe sobre o registro de responsáveis no sistema de Informações sobre Entidades de Interesse do Banco Central do Brasil (Unicad) pela remessa de informações e pelas operações de meio circulante e altera a **Circular nº 3.538, de 1º de junho de 2011**.

Circular nº 3.941/2019 - Banco Central do Brasil – dispõe sobre o fornecimento, pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, do Mapa de Composição de Capital.

Carta-Circular nº 3.948/2019 - Banco Central do Brasil – republicação - altera a **Carta Circular nº 3.515, de 11 de julho de 2011**, que trata da retenção de cédulas danificadas por dispositivo antifurto.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

[Portaria nº 828/2019 - Gabinete do Ministro](#) - estabelece o regulamento do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - Enade 2019.

[Portaria nº 847/2019 - Gabinete do Ministro](#) - institui o Programa de Suporte à Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino, com vistas à aplicação de recursos de custeio em projetos de manutenção, destinados ao desenvolvimento da educação básica.

[Portaria nº 851/2019 - Gabinete do Ministro](#) - altera a [Portaria nº 1.602, de 28 de dezembro de 2017](#), que dispõe sobre a implementação, junto às redes de educação básica municipais, estaduais e do Distrito Federal, das ações do Programa de Inovação Educação Conectada.

[Portaria nº 207/2019 Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação \(FNDE\)](#) - altera a [Portaria nº 481, de 11 de outubro de 2013](#), que dispõe sobre os Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb.

[Portaria nº 90/2019 - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior \(Capes\)](#) - dispõe sobre os programas de pós-graduação *stricto sensu* na modalidade de educação a distância.

[Resolução nº 2/2019 - Conselho Nacional de Educação](#) - institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Engenharia.

[Resolução nº 23/2019 - Secretaria de Educação Superior](#) - aprova a matriz de competências dos Programas de Residência Médica em Radioterapia no Brasil.

[Resolução nº 26/2019 - Secretaria de Educação Superior](#) - aprova a matriz de competências dos Programas de Residência Médica na Área de Atuação em Neurorradiologia.

[Resolução nº 27/2019 - Secretaria de Educação Superior](#) - disciplina a oferta de estágio optativo no âmbito dos programas de residência médica.

MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA

[Portaria nº 1.018/2019 - Superintendência de Infraestrutura Aeroportuária](#) - altera a [Portaria nº 4.005/ASINT, de 26 de dezembro de 2018](#) *(que estabelece os procedimentos para monitoramento e fornecimento dos dados de emissão de CO2 pelos operadores aéreos nacionais relativos ao transporte aéreo internacional)*.

[Resolução nº 5.842/2019 - Agência Nacional de Transportes Terrestres \(ANTT\)](#) - altera o Anexo II da [Resolução ANTT nº 5.820, de 30 de maio de 2018](#), em razão o disposto no §3º do art. 5º da [Lei nº 13.703, de 08 de agosto de 2018](#) *(reajusta as tabelas de frete)*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

Portaria nº 430/2019 - Gabinete do Ministro - disciplina os procedimentos a serem adotados para impedir o nepotismo em nomeações, designações ou contratações de agentes públicos no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Portaria nº 431/2019 - Gabinete do Ministro - regulamenta a consulta sobre a existência de conflito de interesses e o pedido de autorização para o exercício de atividade privada por servidor público em exercício no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Portaria nº 456/2019 - Gabinete do Ministro - institui Grupo de Trabalho, no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública, com a finalidade de elaborar proposta de programa habitacional para os Profissionais de Segurança Pública.

Portaria nº 43/2019 - Secretaria Nacional de Segurança Pública - institui as Diretrizes Nacionais e o Manual de Polícia Comunitária.

Portaria nº 2/2019 - Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária - republicação - institui a Comissão para Elaboração do Plano Nacional de Política Criminal e Penitenciária do Ministério da Justiça e Segurança Pública (*um dos membros é o Juiz Federal Danilo Pereira Júnior, da SJPR*).

Portaria nº 10/2019 - Diretoria-Executiva da Polícia Federal - estabelece normas e procedimentos para a implantação e funcionamento do Sistema de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos (SIPROQUIM 2) no âmbito da Polícia Federal.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Portaria nº 368/2019 - Gabinete do Ministro - estabelece a formação de Grupo de Trabalho Interinstitucional para avaliação da política nacional de atenção à saúde dos povos indígenas, objetivado promover diagnóstico situacional e apresentar proposta de aprimoramento do modelo.

Portaria nº 720/2019 - Gabinete do Ministro - aprova o repasse de recursos para Estados e Distrito Federal, a título de financiamento, referente a abril, maio e junho de 2019, para aquisição de medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica conforme Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde.

Portaria Conjunta nº 5/2019 - Secretaria de Atenção à Saúde/Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos - aprova as Diretrizes Diagnósticas e Terapêuticas do Carcinoma de Mama.

Portaria nº 511/2019 - Secretaria de Atenção à Saúde - define regras para registro e processamento nos Sistemas de Informações do SUS dos procedimentos de radioterapia elencados na **Portaria nº 263/SAS/MS, de 22 de fevereiro de 2019**.

Portaria nº 21/2019 - Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos - torna pública a decisão de não incorporar o ocrelizumabe no tratamento da esclerose múltipla primária progressiva (EMPP), no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

Portaria nº 22/2019 - Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos - torna pública a decisão de não incorporar o ocrelizumabe no tratamento das formas recorrentes de esclerose múltipla (EMR), no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

Portaria nº 23/2019 - Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos - torna pública a decisão de incorporar o transplante de fígado para insuficiência hepática hiperaguda - IHH relacionada à febre amarela - FA, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

Portaria nº 24/2019 - Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos - torna pública a decisão de incorporar o nusinersena para atrofia muscular espinhal (AME) 5q tipo I, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

Portaria nº 25/2019 - Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos - torna pública a decisão de não incorporar o acetato de ciproterona em pacientes com adenocarcinoma de próstata resistente à castração, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

Resolução RDC nº 277/2019 - Anvisa - dispõe sobre a atualização do Anexo I (Listas de Substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e Outras sob Controle Especial) da **Portaria SVS/MS nº 344, de 12 de maio de 1998**.

Resolução RDC nº 278/2019 - Anvisa - dispõe sobre os ensaios para comprovação de equivalência terapêutica para medicamentos inalatórios orais e sprays e aerossóis nasais.

Resolução RDC nº 279/2019 - Anvisa - dispõe sobre a importação e exportação de amostras biológicas humanas e kits de coleta de amostras destinados a testes de controle de dopagem, e dá outras providências.

Resolução RDC nº 280/2019 - Anvisa - dispõe sobre a prorrogação de prazo relativo à fabricação e comercialização de produtos da Medicina Tradicional Chinesa.

[Instrução Normativa nº 32/2019 - Anvisa](#) - dispõe sobre os procedimentos, fluxos, instrumentos e cronograma relativos ao cumprimento, pelos estados, Distrito Federal e municípios, dos requisitos para delegação da inspeção para verificação das Boas Práticas de Fabricação de fabricantes de insumos farmacêuticos ativos, produtos para a saúde de classe de risco III e IV e medicamentos, exceto gases medicinais, para fins de emissão da Autorização de Funcionamento e do Certificado de Boas Práticas de Fabricação.

[Instrução Normativa nº 33/2019 - Anvisa](#) - dispõe sobre os ensaios de desempenho in vitro de medicamentos nasais e inalatórios orais, nos termos da [Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 278, de 16 de abril de 2019](#), relativa aos ensaios para comprovação de equivalência terapêutica destes medicamentos.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

[Resolução nº 783/2019 - Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis](#) - altera a [Resolução ANP nº 49, de 30 de novembro de 2016](#), que regulamenta o exercício da atividade de distribuição de gás liquefeito de petróleo - GLP, e a [Resolução ANP nº 51, de 30 de novembro de 2016](#), que regulamenta o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, para adiar a vedação da atividade de revenda de GLP pelos distribuidores.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

[Portaria nº 1.082/2019 - Gabinete do Ministro](#) - estabelece a iniciativa Polos de Agricultura Irrigada como parte integrante das ações de implementação da Política Nacional de Irrigação e de incentivo ao desenvolvimento regional no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Regional.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

[Portaria nº 299/2019 - Gabinete do Ministro](#) - institui Grupo de Trabalho para regulamentação do [Decreto nº 9.760, de 11 de abril de 2019](#), que dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente e estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações.

[Instrução Normativa nº 8/2019 - Ibama](#) - estabelece os procedimentos administrativos no âmbito do Ibama para a delegação de licenciamento ambiental de competência federal para Órgão Estadual de Meio Ambiente - OEMA ou Órgão Municipal de Meio Ambiente – OMMA.

4. CONSELHOS PROFISSIONAIS FEDERAIS

CONSELHO FEDERAL DE BIOMEDICINA

[Resolução nº 304/2019](#) – dispõe sobre a especialidade em estética de biomedicina, reconhecida pelo Conselho Federal de Biomedicina.

[Resolução nº 305/2019](#) – nomina a ampliação do número de Conselhos Regionais de Biomedicina que fazem parte integrante do Regimento Interno Padrão (RIP) dos Conselhos Regionais.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

[Resolução nº 1.566/2019](#) – dispõe sobre a Carteira de Identidade Profissional e dá outras providências.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM

[Decisão nº 54/2019](#) - estabelece critérios para análise de requerimentos de concessão de patrocínio visando à realização de eventos, congressos, seminários, simpósios, projetos, ações, iniciativas e outras situações de caráter técnico, científico e cultural, e dá outras providências.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

[Resolução nº 2.230/2019](#) - regulamenta a vedação à gravação de imagens e sons nos atos processuais, incluindo audiências e sessões de julgamento, em processos ético-profissionais e sindicâncias, em atenção ao sigilo a que se submetem.

[Voltar ao topo](#)